



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE
GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

ALOCUÇÃO
DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO E
MINISTRO DA DEFESA E DA SEGURANÇA
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DA SESSÃO DE ABERTURA DA
XI REUNIÃO DOS MINISTROS DA DEFESA DA CPLP

26-28 de Maio de 2009

Luanda

Suas Excelências Senhores Ministros e Vice-Ministros da Defesa da CPLP;
Sua Excelência Senhor Secretário Executivo da CPLP;
Suas Excelências Membros do Governo de Angola
Distintos Senhores Membros das Delegações;
Senhoras e Senhores,

As minhas primeiras palavras são dirigidas a Vossa Excelência, Senhor General Kundy Paihama, Ministro da Defesa de Angola, como agradecimento pela hospitalidade calorosa e fraterna como todos estamos a ser recebidos, e em particular esta delegação de timorenses, que tenho a honra de chefiar.

Os fortes laços de amizade entre os povos angolano e timorense vêm de longe, cimentados principalmente durante o quarto de século em que o meu País esteve subjogado pelo ocupante estrangeiro.

Valeu-nos, então, o imprescindível apoio à causa da libertação por parte de povos irmãos espalhados pelo mundo, à cabeça dos quais sempre se encontraram os falantes da língua portuguesa, sem dúvida os grandes obreiros da canalização da solidariedade internacional para com a luta que desencadeámos.

Aqui, em Angola, desfrutámos permanentemente do caloroso companheirismo dos nossos irmãos angolanos e da inestimável ajuda dos seus dirigentes. Alguns timorenses encontraram aqui o seu refúgio, a partir do qual puderam participar activamente na frente diplomática.

A nossa gratidão para com Angola é eterna. Por isso a minha presença, aqui e hoje, reveste-se de um significado muito especial para mim e para todos os timorenses que represento.

Há precisamente um ano tive a honra e o privilégio, na qualidade de Ministro da Defesa e da Segurança da República Democrática de Timor-Leste, de ser vosso anfitrião durante a X Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP.

Recebi, então, das mãos da minha querida colega a Ministra da Defesa de Cabo Verde, Dra. Maria Cristina Fontes Lima, a Presidência do Fórum dos Ministros da Defesa dos Países que se exprimem na língua que representamos.

Chegou, agora, o momento de passar esse testemunho ao também meu querido colega responsável pela pasta da Defesa do Governo de Angola, felicitando o Governo Angolano pelas celebrações, no passado 25, do Dia da África. Neste país irmão e sobretudo pelos importantes temas dos colóquios aqui realizados, sobre a “Paz, Reconciliação e Desenvolvimento”, cruciais aqui na África mas não menos relevantes no Médio Oriente, na Ásia e no Pacífico Sul.

Certamente que todos, sem excepção, disso estou convicto, muito gostaríamos e desejaríamos que nunca mais, em circunstância alguma, fossemos obrigados a recorrer ao uso da força militar, como condição última e necessária para impor a paz e garantir a segurança das populações.

Infelizmente, temos que o reconhecer, não existem nenhuma garantias que este desejo se transforme numa realidade permanente e duradoura. Por esta razão os meios de que dispomos para assegurar a independência e a integridade do território nacional têm de estar aptos para, a qualquer momento, cumprirem com êxito essa principal missão que lhes está atribuída.

A Paz é um bem precioso das sociedades e dos povos. Estando nós, Ministros da Defesa, aqui reunidos, podemos dar a impressão ao público de que estamos a preparar uma estratégia e planos para nos capacitarmos para possíveis guerras.

Nada é mais falacioso, porque as nossas reuniões, enquanto Ministros da Defesa dos países membros da CPLP, estão orientadas para preservar a Paz, nos nossos países e, se necessário, nas regiões em que nos inserimos.

O ser humano, como indivíduo ou como colectivo, almeja a Paz, factor primordial para o seu dia-a-dia.

As nossas experiências, umas mais duras, algumas mais intensas e outras esporádicas mas com grandes impactos, servem como matéria de necessária reflexão, enquanto abordamos a questão da defesa.

Em nome do Povo de Timor-Leste, quero saudar o Povo irmão Angolano que conseguiu instaurar a paz no país, desde 2002. Permitam-me um toque de saudosismo para contrabalançar o ambiente de seriedade que pode dirigir estes dois dias de reunião, lembrando ainda que a Coreia do Norte fez há poucos dias um teste nuclear, cuja capacidade demolidora é comparada às bombas de Hiroshima e Nagasáqui.

Em 1992, desci de propósito das montanhas de Díli, para ver pela televisão a assinatura do Acordo de Paz com a UNITA. Regressei às montanhas e informei aos guerrilheiros do progresso feito no país irmão... pela Paz. Rejubilamo-nos, porque o acto constituía uma inspiração para a nossa luta. Mas, depois, veio a frustração, porque a guerra continuou e foram precisos outros dez anos.

E hoje, com a Paz, Angola experimenta um impulso imparável na via do desenvolvimento.

A Paz é absolutamente necessária. A reconciliação é absolutamente necessária, porque a reconciliação consolida a paz e a paz só é duradoura quando há desenvolvimento.

Há sete anos que Angola se mobiliza para consolidar a paz pela via do desenvolvimento. Há também sete anos, desde 20 de Maio de 2002, que Timor-Leste, ao readquirir a Soberania, tentou enveredar pela via da paz... e quase falhou.

Logo em 4 de Dezembro de 2002, iniciámos um percurso desolador que nos puniu com um círculo vicioso de conflitos, que surgiam de dois em dois anos, culminando com o 11 de Fevereiro. A partir daqui tivemos que dizer chega, tivemos que escolher entre a autodestruição e o caminho para a paz, como condição para o desenvolvimento.

Um ano depois do atentado, quero informar a Vossas Excelências, colegas e irmãos Ministros da CPLP, que o Povo de Timor-Leste vive agora um ambiente de estabilidade social e política, como ainda não experimentara nestes últimos dez anos.

Este ano, celebramos os dez anos do Referendo e, em Timor-Leste, a palavra de ordem é: adeus conflito, bem-vindo o desenvolvimento.

Excelências

Caros amigos,

Permitam-me agora, retomar o assunto que nos reúne aqui.

Gostaria de referir umas das mais importantes reuniões dos Ministros da Defesa da CPLP, que se realizou em 2006, em Cabo Verde, onde se aprovou “condicionalmente” o importante *Protocolo de Cooperação dos Países da Língua Portuguesa no Domínio da Defesa*.

Este protocolo consolida o caminho já percorrido no estreitamento da cooperação no domínio da defesa, contribuindo como mecanismo para a manutenção da paz e de segurança, sendo que a sua implementação reforça a afirmação e união da CPLP, quer no seio dos nossos Estados-membros, quer nos contextos regionais onde se inserem, quer na Comunidade Internacional em geral.

Considerando ainda o problema crescente das potenciais ameaças fazendo uso das vias marítimas, a operacionalização do Protocolo torna-se premente para um maior controlo e fiscalização das águas territoriais, beneficiando os países da nossa Comunidade.

Timor-Leste tem uma costa marítima que é muito vasta e tem vindo a ser alvo de pirataria marítima, sendo crucial a sua protecção. Esta prioridade, constitui mais um motivo para cumprir as formalidades constitucionais necessárias para a entrada em vigor do Protocolo, esperando-se que até ao final deste ano o mesmo seja ratificado no nosso país.

Gostaria ainda de salientar a determinação das Forças Armadas de Timor-Leste em aperfeiçoar a sua capacidade de resposta do Comando e Estado-Maior de uma Força conjunta e combinada para actuar em operações de apoio à paz e ajuda humanitária, no âmbito de missões a serem desempenhadas pelas Forças Armadas dos Estados-membros da CPLP.

Timor-Leste que tem vindo a ser receptor destas missões de manutenção da paz para assegurar a sua estabilidade nacional, vê como uma oportunidade única a sua participação nos exercícios militares da série “Felino”, para consolidar a sua própria capacitação, e para

no quadro dos esforços conjugados da CPLP, vir a contribuir para a promoção da paz e para a resolução de palcos de conflito a nível mundial.

O ano passado, durante a reunião que Timor-Leste teve a honra de acolher, vivemos mais um marco histórico na nossa cooperação técnico-militar com a aprovação do Conceito de Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP, com o objectivo de prestar, em áreas específicas da Formação Militar para que são criados, acções preventivas de neutralização de ameaças e particularmente acções de apoio à paz.

Acredito que durante esta XI Reunião Ministros da Defesa iremos dar mais um passo concreto no sentido de viabilizar um modelo que permita alcançar o quanto antes os objectivos subjacentes a estes Centros de Excelência, para potenciar ainda mais a união da nossa Comunidade, enquanto instrumento promotor da paz e estabilidade, nos nossos países e regiões, contribuindo em ultima instância para o desenvolvimento económico e para o bem-estar das populações e mesmo para a erradicação da pobreza, quer a nível da CPLP quer do mundo em geral.

Caros amigos,

Antes de terminar, não posso deixar de mencionar a situação actual que se vive no país irmão da Guiné-Bissau, expressando a minha mais elevada solidariedade com este país, confiante que a crise que atravessam será resolvida rapidamente.

Reitero a minha veemente condenação contra os atentados, que custaram a vida a dois proeminentes dirigentes guineenses e heróis da luta pela libertação, repudiando os actos que visam atacar as Instituições democráticas, colocando em causa a estabilidade e a segurança do Povo Guineense.

A inquietação e angústia vivida pelos nossos amigos guineenses, levou a que o Estado timorense decidisse imediatamente apoiar este país, disponibilizando assistência financeira e técnica para as eleições presidenciais, e nomeando o Dr. Mari Alkatiri como enviado especial a fim de analisar com as autoridades guineenses, e no âmbito da CPLP, as possibilidades de apoio técnico aos processos de reconciliação e estabilização da Guiné-Bissau.

A nossa história comum é feita pelos nossos oito povos, criemos condições para que a amizade e a solidariedade entre eles se reforce. Este é o espírito da CPLP e o nosso destino comum!

No momento em que cesso a Presidência deste Fórum, a qual exerci com todo o orgulho mas com a sensação de que não me empenhei totalmente, atarefado no nosso próprio esforço de reformas institucionais, é esta a mensagem que pretendo deixar, não só a quem me vai render neste dever, mas também a todos os restantes colegas aqui presentes.

Muito obrigado.

27 de Maio de 2009

Kay Rala Xanana Gusmão